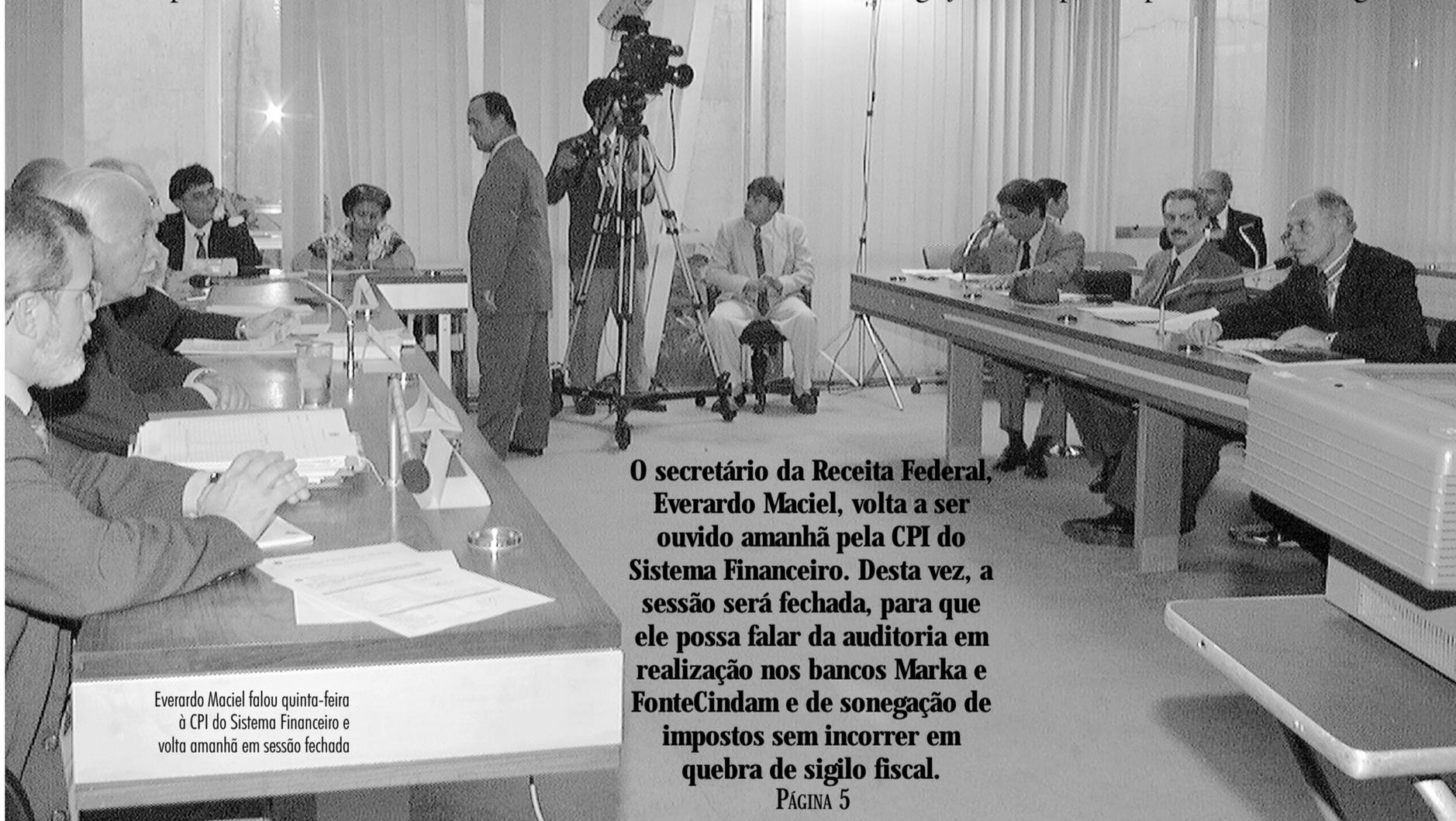


## Everardo volta à CPI para falar de auditoria em bancos

Secretário da Receita Federal, já ouvido na quinta-feira, estará novamente amanhã na comissão que investiga o sistema financeiro para abordar o caso Marka/FonteCindam e a denúncia de sonegação de impostos por bancos estrangeiros



Everardo Maciel falou quinta-feira à CPI do Sistema Financeiro e volta amanhã em sessão fechada

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, volta a ser ouvido amanhã pela CPI do Sistema Financeiro. Desta vez, a sessão será fechada, para que ele possa falar da auditoria em realização nos bancos Marka e FonteCindam e de sonegação de impostos sem incorrer em quebra de sigilo fiscal.

PÁGINA 5

### CPI DO JUDICIÁRIO

#### Denúncias sobre TRT-RJ têm novos depoimentos

A CPI do Judiciário tenta aprofundar hoje a apuração de denúncias envolvendo o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Serão ouvidos um jornalista que gravou conversas de juízes classistas sobre venda de votos e o procurador que investigou irregularidades no tribunal e chegou a ser ameaçado de morte.

PÁGINA 4



Integrantes da CPI do Judiciário já marcaram novos depoimentos para hoje e amanhã

Fim do limite de juros será votado em segundo turno

PÁGINA 3

CCJ e CAE analisam endividamento

PÁGINA 2

# CCJ analisa regras para títulos públicos estaduais e municipais

Comissão vai se manifestar antes de projeto sobre o assunto ser votado pela CAE

Projeto de resolução que trata do refinanciamento de títulos emitidos por estados, Distrito Federal e municípios para pagamento de precatórios terá a constitucionalidade e a juridicidade analisadas amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, do senador José Agripino (PFL-RN), modifica a Resolução nº 78 do Senado, que dispõe sobre empréstimos estaduais e municipais.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Francelino Pereira (PFL-MG), apresentou substitutivo propondo que os títulos emitidos após 13 de dezembro de 1995 para pagamento de precatórios sejam refinanciados em até 120 par-



Agripino é o autor do projeto que será avaliado pela CCJ

celas iguais e sucessivas. A medida beneficia os estados de Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas e os municípios de Guarulhos e Campinas. Na reunião da CAE, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado propondo a nulidade dos títulos emitidos irregularmente após 13 de dezembro de 95.

Preocupado com a possibilidade de a anulação das emissões ser questionada na Justiça, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) propôs o envio da matéria à CCJ para que a comissão se pronuncie sobre os aspectos jurídicos da questão. Após a manifestação da CCJ, a proposta retornará à CAE, que deverá apreciá-la já na reunião de quarta-feira.

## Normas para emissões são o principal assunto da CAE

Presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se quarta-feira para examinar projeto que altera a Resolução nº 78/98, que disciplina as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O relator é Francelino Pereira (PFL-MG), que tem parecer favorável, nos termos de um substitutivo. A apreciação da matéria depende, porém, de avaliação dos seus aspectos jurídicos, que será realiza-



Encarregado de relatar a matéria, Francelino propôs um substitutivo

da amanhã na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CAE deverá examinar também ofício com manifestação do Banco Central acerca de operação baseada em contrato de abertura de crédito entre a União e o estado do Piauí, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do

Setor Público Estadual na Atividade Bancária. Relator da matéria, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou parecer favorável, nos termos de um projeto de resolução.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1999

### PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

▶ 15h - CPI do Judiciário

Oitivos: Jornalista José Eduardo Homem de Carvalho e o procurador da República no estado do Rio de Janeiro, Daniel Sarmento. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

Terça-feira (25.5.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PDL nº 1/97, que susta os efeitos da Nota Conjur/Minfra nº 0024/92, referente aos garimpeiros de Serra Pelada; segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à \*PEC nº 21/97, que altera, entre outros dispositivos, o art. 192, que trata do sistema financeiro nacional; \*Requerimento nº 228/99, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 189 e 243, de 1999, que versam sobre crimes considerados hediondos; e \*Requerimento nº 229/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 44/96, com o PLS nº 245/99, por versarem sobre a veiculação de mensagens educativas de trânsito.

Quarta-feira (26.5.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à \*PEC nº 21/97, que altera, entre outros dispositivos, o art. 192, que trata do sistema financeiro nacional; \*Requerimento nº 230/99, do senador Gilvam Borges, solicitando, que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; \*Requerimento nº 231/99, do senador Gilvam Borges, solicitando, que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos; \*Requerimento nº 232/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura; e \*Requerimento nº 234/99, da senadora Heloisa Helena, solicitando, que sobre o PLS nº 115/99, que autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito do petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Quinta-feira (27.5.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*Projeto de Resolução nº 31/99, que autoriza a União a celebrar o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e o Suriname; \*Projeto de Resolução nº 32/99, que autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname - Telesur, referente ao Convênio de Crédito; \*Projeto de Resolução nº 53/99, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 1,2 bilhão, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; \*Requerimento nº 236/99, do senador Francelino Pereira, solicitando, a tramitação conjunta dos PLSs nºs 104 e 107, de 1999, por versarem sobre restrição do consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros; e \*Requerimento nº 237/99, do senador Edison Lobão, solicitando, a tramitação conjunta dos PLSs nºs 104 e 107, de 1999, por versarem sobre restrição do consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros.

Sexta-feira (28.5.99)

▶ 9h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*Requerimento nº 242/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando, a tramitação conjunta das PECs nºs 15 e 30, de 1999, por versarem sobre data de posse do presidente da República, dos governadores, dos prefeitos e respectivos vices.

### COMISSÕES

Terça-feira (25.5.99)

▶ 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: \*PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Fossilífero; \*PLS 43/99, revoga o art. 2º, da Lei nº 9.191/95, altera dispositivos da Lei nº 5.540/68,

que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; \*PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; \*PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; \*PLS nº 22/99, que denomina "rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; \*PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e estabelece sanções pelo seu descumprimento; \*PRS nº 119/96, que denomina "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais; e os \*Projetos de Decretos Legislativos nºs 119/98, 114/98, 113/98, 111/98, 107/98, 105/98, 103/98, 120/98, 121/98, 130/98, 135/98, 136/98, 137/98, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: \*Mensagem nº 278/98, que submete a apreciação do Senado a escolha do nome de Dinah Flusser, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil em Barbados; \*Mensagem nº 100/99, que submete a apreciação do Senado a escolha do nome de Jorge D'escagnolle Tauna Y Filho, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Angola; PDL nº 5/98, aprova texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e a República da Coreia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; PDL nº 26/99, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfico de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado entre Brasil e Colômbia, em Cartagena de Índias, em 7 de novembro de 1997; \*PDL nº 27/99, aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre Brasil e França, em Paris, em 27 de novembro de 1997; \*PDL nº 37/99, aprova o texto do Acordo sobre a Operação, no Brasil, do Escritório Regional do Habitat para a América e o Caribe, celebrado entre o Brasil e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat), em Brasília, em 10 de março de 1998; \*PDL nº 33/99, aprova o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997; \*PDL nº 34/99, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e a República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997; \*PDL nº 34/99, aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; \*PDL nº 31/99, aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas, concluído em Nova Iorque, em 28 de outubro de 1996; \*PDL nº 46/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos celebrado entre Brasil e Cuba, em Havana, em 27 de maio de 1998; \*PDL nº 32/99, aprova o texto da Resolução nº A12-5, com as emendas ao Estatuto da CLAC, aprovadas pela XII Assembleia Ordinária, realizada na cidade do Panamá, concluída em 8 de novembro de 1996; \*PDL nº 40/99, aprova o texto do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovênia, em Liubliana, em 16 de junho de 1997; e \*PDL nº 45/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo dos Estados Unidos da América, em Brasília, em 14 de outubro de 1997. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

Após Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Reunião extraordinária para apreciação do "Projeto de Resolução nº 6/99, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

Quarta-feira (26.5.99)

▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Emendas nºs 1 e 2, oferecidas em plenário, ao substitutivo do Senado ao "PLC nº 60/95, que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral; \*PLS nº 112/99, que altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; \*PLS nº 118/99, que institui a Tarifa Social de Energia Elétrica para consumidores de baixa renda; \*PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem; e \*PLS nº 174/99, que determina a exibição de registro no órgão de Vigilância Sanitária nos produtos que especifica. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: \*Projeto de Resolução nº 6/99, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; e \*Ofício "S" nº 16/99, acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e o estado do Piauí, com a intervenção do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

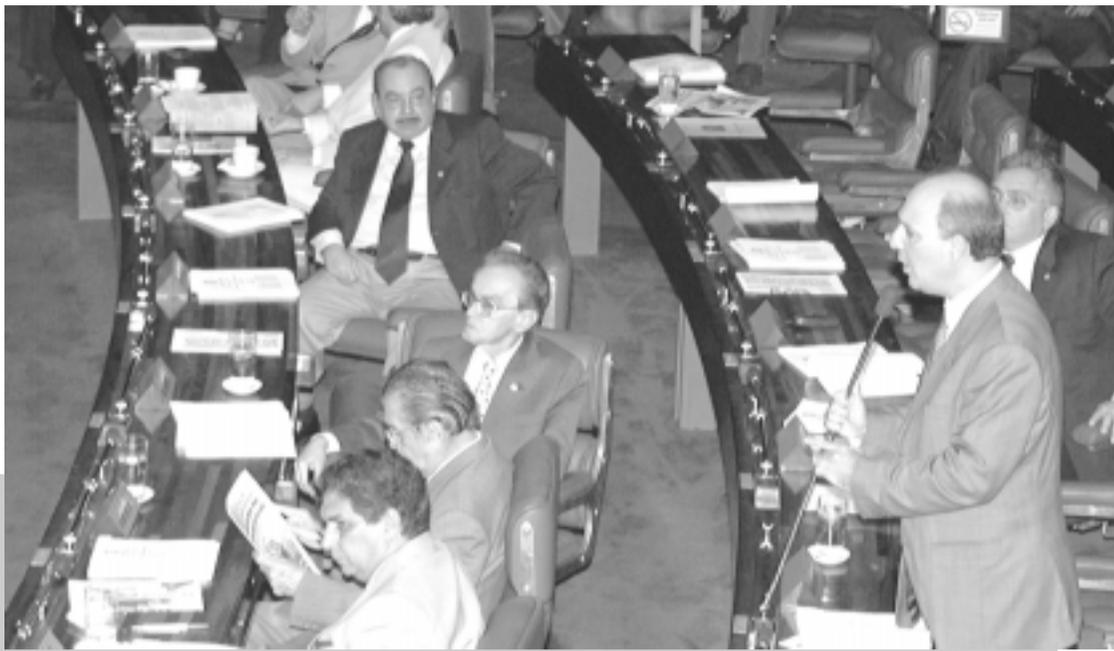
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueles Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



O plenário decide também sobre direito de lavra de ouro na área onde se situava o garimpo de Serra Pelada

## Senado volta a discutir amanhã emenda do sistema financeiro

Além de extinguir o teto de juros de 12% ao ano, proposta permite a regulamentação do setor por mais de uma lei complementar

O Senado realiza amanhã o segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) a proposta de emenda constitucional que trata do sistema financeiro nacional. A iniciativa, que acaba com o limite de 12% ao ano para a taxa de juros, é de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), e propõe nova redação para os artigos 163 e 192 da Constituição, além de alterar o artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Na quarta-feira, o plenário realiza o último dia de discussão, quando a matéria estará

pronta para votação.

De acordo com o substitutivo, lei complementar deverá dispor sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, e não sobre a fiscalização das instituições financeiras, como prevê o inciso V do artigo 163 da Constituição.

O substitutivo dá ainda nova redação ao artigo 192 da Constituição, que passa a vigorar com o seguinte texto: "O sistema financeiro nacional, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão sobre a participação do ca-

pital estrangeiro nas instituições que o integram".

### SERRA PELADA

Também amanhã os senadores discutem, em turno único, projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de nota da Consultoria Jurídica do Ministério da Infra-Estrutura, que restaurou à Companhia Vale do Rio Doce o direito à pesquisa e lavra de ouro na área de 100 hectares onde se situava o garimpo de Serra Pelada.

Os direitos minerários da Vale haviam sido retirados por lei, em 1984, com indenização à companhia, mas foram restabelecidos no governo Fernando Collor.

## CAS decide nesta semana sobre tarifa social de energia

Sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quarta-feira, às 9h, para deliberar sobre uma pauta de seis itens, entre eles projeto dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Agripino (PFL-RN) que institui tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda. O relator é o senador Moreira Mendes (PFL-RO), favorável à aprovação da matéria, mas com emenda supressiva.

Também deverá ser examinado projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que altera a lei de benefícios da Previ-

dência Social para estender o salário-maternidade à trabalhadora autônoma. Relatora da matéria, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) é favorável ao projeto, mas na forma de substitutivo por ela apresentado. Se aprovado esse substitutivo, a matéria será apreciada em turno suplementar, na reunião seguinte da CAS.

Aguarda ainda deliberação projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relatado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), dispendo sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Na mesma reunião, a CAS examina projeto da Câmara que institui a grati-



Moreira Mendes deu parecer favorável a projeto que institui a tarifa social de energia elétrica

ficação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral. O parecer da relatora Marluce Pinto (PMDB-RR) é favorável à aprovação, mas com emenda supressiva.

## CE examina projeto que permite recondução de dirigentes universitários

A Comissão de Educação (CE) deve examinar amanhã, a partir das 11h30, seis projetos de lei, entre eles o que possibilita a reitores, vice-reitores, diretores e vices que exerciam os cargos em 21 de dezembro de 1995 serem reconduzidos à função. O projeto, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), revoga o artigo 2º da Lei nº 9.192/95, que veda a recondução dos dirigentes universitários que ocupavam os respectivos cargos até a data da publicação da lei.

Para Jucá, essa restrição não tem sentido e constitui uma "exceção discriminatória contra os dirigentes universitários, que ficam impedidos de continuar prestando bons serviços à entidade que hoje comandam, só pelo fato de estarem no exercício do cargo naquele dia". O projeto tem pare-

cer favorável com emenda do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

A CE, que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também examinará a proteção ao patrimônio fóssilífero (fósseis) nacional, conforme prevê projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que está preocupado com o grande número de fósseis contrabandeados para coleções particulares no Brasil e no exterior.

Na mesma reunião, serão apreciadas as renovações de concessão de 13 estações de rádio localizadas em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, e ainda projeto de resolução de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que dá o nome de Florestan Fernandes à sala de reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## CRE analisa acordo internacional sobre povos indígenas e tribais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia amanhã, a partir das 17h30, uma pauta de 14 itens, entre os quais projeto de decreto legislativo (PDL) que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que trata de povos indígenas e tribais em países independentes. O relator, senador Tião



Viana compara Convenção 169 à Declaração dos Direitos Humanos

mil indígenas, distribuídas por cerca de 250 etnias que sobrevivem em condições subumanas.

Viana registrou a desumanidade embutida na estatística segundo a qual a expectativa de vida dos yanomami é de 24 anos.

### ACORDOS

Outro projeto incluído na pauta da CRE aprova o texto do acordo de coopera-

Viana (PT-AC), é pela aprovação do projeto. Na reunião da CRE do dia 11 de maio, foi concedida vista da matéria ao senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

### PACTO

Tião Viana disse que a Convenção 169 será, para aquelas comunidades, tão importante quanto a Declaração Universal dos Direitos do Homem, pois viabilizará um pacto entre as nações para garantir às populações indígenas o acesso às terras a que têm direito.

Às vésperas de um novo milênio e das comemorações pelos 500 anos de descobrimento do Brasil, acrescentou o senador, não pode mais ser adiada a implementação de uma política indígena digna, que dê conta da dívida histórica que o país tem com essas populações, reduzidas de 2 milhões para 316

ção para os usos pacíficos da energia nuclear, celebrado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, em Brasília. O relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), é pela aprovação da matéria. Os senadores da comissão também apreciarão projeto que aprova o texto do acordo sobre o estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas, concluído em Nova Iorque. O parecer do relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), é favorável ao PDL.

Na reunião da CRE, também serão votadas duas mensagens submetendo à apreciação do Senado a indicação de Dinah Flusser para a embaixada do Brasil em Barbados e Jorge D'Escagnolle Taunay Filho para o cargo de embaixador brasileiro junto à República de Angola.

# CPI retoma depoimentos sobre o TRT do Rio

O procurador da República Daniel Sarmento e o jornalista José Eduardo Homem de Carvalho falam hoje sobre a denúncia de venda de votos por parte de juízes que integram o tribunal

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário prossegue nesta semana a apuração de possíveis fraudes ocorridas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro.

Hoje, às 15 horas, os senadores tomam o depoimento de duas novas testemunhas sobre o caso: o jornalista José Eduardo Homem de Carvalho, do *Jornal do Brasil*, e o procurador da República no Rio de Janeiro, Daniel Sarmento.

O jornalista foi responsável pela gravação de uma fita em que juízes classistas falam sobre a venda de votos naquele tribunal. Por essa razão, Homem de Carvalho chegou a ser processado por danos morais, mas a ação foi arquivada. A fita com as revelações foi enviada para perícia na Universidade de Campinas



Os membros da CPI do Judiciário também ouvirão nesta semana os engenheiros da obra do TRT de São Paulo que está sob suspeita de superfaturamento

(Unicamp) em 1996 – o laudo não ficou pronto até hoje.

O procurador Daniel Sarmento, que investigou as irregularidades no TRT, chegou a ser ameaçado de morte. Um rastreamento da liga-

ção para o celular de Sarmento, feito pela Polícia Federal, concluiu que a chamada partiu do 13º andar do prédio do tribunal, do gabinete de um juiz. Os convites ao procurador e ao jornalista foram

feitos a partir de requerimentos do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e Ney Suassuna (PMDB-PB), respectivamente.

Amanhã, os senadores irão ouvir as duas últimas testemunhas

sobre o caso de superfaturamento das obras do fórum trabalhista de primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Às 17 horas, os engenheiros Antônio Carlos Gama e Silva e Gilberto Paixão, contratados pelo tribunal para emitirem laudos técnicos sobre o andamento da construção, falam sobre os procedimentos que adotaram no acompanhamento da obra.

A CPI, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ainda não definiu os depoimentos que serão realizados nos demais dias da semana. Apesar de já ter aprovado nomes para depoimentos sobre os casos de tráfico de crianças em Jundiaí e do TRT do Rio, a confirmação da data e horário ainda estão pendentes.

## Projeto de Estevão altera prazo de processo penal

Projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) dá nova redação ao Código de Processo Penal, aumentando de dez para 15 dias o prazo para a apresentação de recursos quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu. Segundo o senador, a proposta procura “uniformizar o prazo para a interposição do mesmo recurso tanto em sede penal quanto civil”.

Estevão explica que, enquanto o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei 5.869, de 1973, estabelece o prazo de 15 dias, o Código Penal prevê dez dias. O senador afirma que “não se entende nem se justifica essa diferença”.



Luiz Estevão quer estender aos processos penais o mesmo prazo previsto hoje para as causas cíveis

– Essa diversidade de prazo tem ocasionado grande perplexidade nos meios forenses, com prejuízos para as partes que, não raro, vêem o seu direito postergado em virtude da apresentação do recurso após o decurso do prazo – disse ele.

## Direitos indígenas são tema de programa da TV Senado



O direito indígena é o tema do programa *Cidadania*, da TV Senado, que irá ao ar hoje, às 21h15. Foram convidados para participar do debate o coordenador do Departamento de Defesa dos Direitos Indígenas, Marcos Terena, e o indigenista Sydney Possuelo, ex-presidente da Funai e atual chefe do Departamento de Índios Isolados.

Ainda hoje, às 9h30 e às 20h30, a TV Senado apresenta uma entrevista com o senador Alberto Silva (PMDB-PI). Ele fala sobre uma idéia que pode revolucionar a agricultura brasileira ao ensinar os nordestinos do semi-árido a conviver com a seca. É a utilização de um minério chamado vermiculita que tem a capacidade de absorver cinco vezes o seu peso em água, explica ele.

## Geraldo Cândido critica pressa do governo na privatização de Furnas

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), ao comentar os efeitos negativos do processo de desmembramento e privatização de Furnas, disse que um governo responsável não pode tomar atitudes apressadas. Ele salientou que, desde o anúncio da intenção do governo, “vozes do mais alto gabarito se levantaram para contestar a medida, inclusive do próprio presidente da empresa, Laércio Simões Machado, que solicitou sua demissão irrevogável por discordar dos procedimentos adotados”.

Geraldo Cândido lembrou que os governos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais também se pronunciaram contra e que o governador do Rio, Anthony Garotinho, chegou a enviar uma carta ao presidente da República na qual solicita o reexame do assunto.

O senador destacou que na audiência pública realizada no Senado, a pedido de diversos parla-



Cândido lembrou que vários setores têm se manifestado pela revisão do processo de venda da estatal

mentares, para discutir o processo de cisão e a modelagem da venda de Furnas os representantes do governo não conseguiram responder satisfatoriamente os questionamentos feitos. Segundo Cândido, os representantes do governo permaneceram insensíveis à solicitação de alguns senadores, inclusi-

ve a dele, no sentido de suspender a privatização e promover um debate mais amplo com toda a sociedade, como foi feito no caso da Chesf.

Na avaliação de Geraldo Cândido, não faz sentido a pressa do governo em privatizar o setor elétrico só para atender o compromisso com o FMI. Para ele, até mesmo a repetida justificativa da falta de recursos para aplicar no setor, que seria resolvida com a venda de Furnas, se revelou falsa.

– Se mantida íntegra, como demonstrou o seu histórico recente, a empresa terá melhores condições, não somente técnicas, mas também econômicas, de enfrentar as necessidades de expansão do sistema. Com a divisão, essa capacidade será significativamente reduzida. Não há absolutamente nenhuma razão que justifique o acodamento na tomada de uma decisão tão séria – concluiu.

## Máquina Mortífera 4 é a atração da semana no Cultura ao Meio-Dia

O filme *Máquina Mortífera 4* é a atração da próxima quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella, do projeto Cultura ao Meio-Dia.

Com muita ação, aventura e humor nos seus 130 minutos de duração, a produção norte-americana

de 1997 é estrelada pelos atores Mel Gibson e Danny Glover, que fazem o papel dos detetives Martin Riggs e Roger Murtaugh, tendo ainda no elenco Joe Pesci, Rene Russo e Chris Rock.

No quarto filme da série, os he-

rois combatem uma gangue de asiáticos responsáveis por uma série de crimes envolvendo entrada ilegal de estrangeiros nos EUA. O projeto Cultura ao Meio-Dia é da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado.

# Everardo volta para falar em sessão fechada

Secretário da Receita Federal estará na CPI do Sistema Financeiro amanhã para prestar informações aos senadores sobre o trabalho realizado pelos auditores nos bancos Marka e FonteCindam

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, voltará à CPI do Sistema Financeiro amanhã para um depoimento a portas fechadas, quando falará sobre investigações que auditores fiscais vêm fazendo nos bancos Marka e FonteCindam. O sigilo fiscal das duas instituições foi quebrado pela CPI durante as investigações da operação que resultou na venda de dólares pelo BC, a preços favorecidos, aos dois bancos.

Conforme o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de criação da CPI, o novo depoimento será sigiloso para evitar que o secretário seja acionado judicialmente. Os senadores esperam ainda que Everardo Maciel forneça informações sobre sete grandes bancos estrangeiros que teriam sonegado impostos, conforme denúncia do jornal *Correio Braziliense*. Esta sonegação é um dos fatos que determinaram a criação da CPI.

Na última quinta-feira, os senadores evitaram perguntar sobre a sonegação dos bancos estrangeiros porque a reunião foi aberta à imprensa e as respostas do secretário poderiam ser consideradas quebra de sigilo fiscal. Questionado pelo relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), Everardo Maciel apenas confirmou que auditores estão trabalhando no caso Marka-FonteCindam.

Os senadores esperam ainda do secretário informações detalhadas sobre procedimentos usados pelos bancos para reduzir ou até mesmo evitar o pagamento de Imposto de Renda. De acordo com levantamento da Receita Federal, das 66 maiores instituições financeiras do país, 42% (27 bancos) não pagaram Imposto de Renda. Elas usam todas as brechas permitidas pela legislação para evitar o imposto e Everardo Maciel chegou a afirmar que as maiores empresas fazem "planejamento fiscal", ou seja, têm equipes encarregadas de indicar os caminhos para pagar o menor valor possível em impostos.



Depoimento do secretário Everardo Maciel (E) será secreto para cumprir a legislação que garante o sigilo fiscal dos contribuintes

## Audidores terão acesso a documentos

A CPI do Sistema Financeiro decidirá nesta semana como será o acesso dos auditores da Secretaria da Receita Federal aos documentos sigilosos obtidos pela comissão de inquérito, enviados pelo Ministério Público, pela Justiça Federal e pelo Banco Central. O senador Roberto Freire (PPS-PE) defende até mesmo o envio de documentos à Receita, enquanto o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) manifestou-se na última



João Alberto, como relator, tem a guarda de milhares de documentos da CPI

quinta-feira a favor do livre acesso dos auditores aos papéis, mas nas salas ocupadas pela CPI.

Milhares de folhas de documentos já recebidas pela comissão de inquérito são mantidas sob responsabilidade do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), numa sala do Senado. A CPI decidiu que não se podem tirar cópias dos documentos e sua análise deve ser feita na própria CPI, para impedir

o vazamento de dados protegidos por sigilo.

O relator resolveu dividir com alguns senadores a análise da documentação, encarregando o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) dos extratos bancários e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) das cópias de imposto de renda. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) vem investigando as ligações feitas por cerca de 50 pessoas que tiveram sigilo telefônico quebrado. No último dia 19, Emilia Fernandes e Eduardo Siqueira Campos pediram à presidência da CPI a designação de mais funcionários para ajudar no trabalho.

## CPI deve propor nova estrutura para o BC

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades no sistema financeiro deve propor um novo modelo de funcionamento para o Banco Central, com uma estrutura mais rígida de fiscalização e controle dos bancos e novas regras de funcionamento do sistema financeiro, opinou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de criação da CPI. Conforme o senador, as informações fornecidas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, de que circulam anualmente no mercado financeiro R\$ 825 bilhões sem pagar Imposto de Renda, obrigam a CPI a propor novos mecanis-

mos de controle

Jader disse que o depoimento de Maciel à CPI na última quinta-feira garante a fase propositiva da CPI.

— Não importa somente punir os culpados pelos escândalos financeiros, mas é preciso criar mecanismos para evitar que eles continuem a acontecer e que quem deve pagar imposto fique sem pagar — comentou.

Jader considerou uma vergonha a informação de que os 28 maio-



Jader: evasão fiscal representa 800 vezes os prejuízos do caso Marka/FonteCindam

res bancos do país não pagam Imposto de Renda. "É o patrimônio nacional favorecendo o setor mais rico da economia", criticou. O senador também criticou o fato de que 50% das 530 maiores empresas brasileiras não pagaram Imposto de Renda. "A evasão fiscal representa 800 vezes os prejuízos do caso Marka/FonteCindam. É uma vergonha que precisamos alterar", concluiu.

## Jucá quer punir piratas eletrônicos

Ao registrar o crescimento das estatísticas sobre o número de contas bancárias virtualmente invadidas e saqueadas por *hackers*, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu medidas mais coercitivas que inibam e punam com rigor quaisquer iniciativas que promovam "invasões delinquentes" nos sistemas de informatização bancária. Para exemplificar a forma de atuação dos "piratas", ele citou dois casos: o primeiro, de um correntista que viu sua conta acessada via Internet por terceiros, e o outro que teve a caderneta de poupança sacada através de um cartão clonado.

Segundo Romero Jucá, o funcionário público Júlio Fiad se deparou nos últimos seis meses com o desaparecimento de quase R\$ 9 mil de sua conta bancária. Na primeira vez, os *hackers* penetraram ilegalmente no sistema contábil do banco e extraviaram, via DOC, cerca de R\$ 4 mil. Após dois meses, a ação se repetiu, mas com outra técnica. "Os invasores transferiram R\$ 5 mil para uma poupança de outro banco, em nome de três menores", completou o senador.

Nos dois casos, informou Jucá, o correntista notificou o banco das irregularidades, mas somente obteve ressarcimento integral do primeiro assalto.

A outra fraude ocorreu com um correntista da Caixa Econômica. Ele notou que R\$ 5 mil tinham sumido de sua caderneta de poupança. Ao buscar explicações junto à gerência, tomou conhecimento de que sua conta havia sido acessada por um cartão magnético clonado criminosamente.



Jucá acha que avanço da tecnologia põe em risco a segurança do cidadão

# Jefferson acha positiva denúncia contra Brindeiro

Para senador, acolhimento de representação contra procurador-geral por uso indevido de avião da FAB para viagem particular a Fernando de Noronha mostra que sociedade reagiu à cultura do privilégio

O acolhimento, pelo Colégio de Procuradores da República, de denúncia dos procuradores do Distrito Federal contra o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pelo uso indevido de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) em viagens de lazer foi visto na sexta-feira pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) como um sinal de mudança e de que a sociedade brasileira está reagindo à cultura do privilégio. Para o senador, pior do que as viagens para Fernando de Noronha é o fato de terem sido feitas pelo procurador-geral da República, “o chefe do Ministério Público, o responsável pelo cumprimento das leis”.

Jefferson disse que Brindeiro cometeu um deslize imperdoável, levando em conta o cargo que ocu-

pa, e que terá que pagar pelo que fez. O senador lembrou que ocupantes de cargo público têm compromisso com a ética e com o preceito jurídico de que “só não é proibido aquilo que é expressamente permitido”. Para Jefferson Péres, o ressarcimento de uma das viagens é o reconhecimento do uso indevido de recursos públicos e deveria vir acompanhado do respectivo pedido de demissão.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que tem acompanhado o assunto pela imprensa e, como cidadão, ficou com o sentimento de decepção ao ver o “carnaval” que autoridades fizeram com recursos públicos. Viana revelou estar preocupado com as consequências para a imagem do homem público e espera que a

sociedade brasileira não generalize o erro de alguns, “que não atinge apenas a meia dúzia de ministros, mas a todos os que lutam pelo fortalecimento da democracia”.

Jefferson Péres lembrou a necessidade que o ocupante de cargo público tem de dar exemplo, para evitar a idéia equivocada de que, se as autoridades que “estão lá em cima” podem fazer o que bem entendem, as pessoas que estão nas classes mais baixas também podem desrespeitar a lei e a ética.

## SONEGAÇÃO FISCAL

O senador lembrou ainda o depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, na CPI dos Bancos, sobre sonegação fiscal e elisão fiscal. O senador observou que a elisão fiscal é o apro-



Jefferson Péres lembrou que o ocupante de cargo público deve dar o exemplo da moralidade

veitamento de brechas e lacunas legais que está sendo praticado por empresas estrangeiras que fizeram empréstimos no exterior para comprar empresas estatais e estão abatendo os juros desses empréstimos do imposto devido. O secretário também revelou, continuou Jefferson Péres, que 42% das instituições

financeiras e 50% das grandes empresas não pagam Imposto de Renda. Segundo o senador, o secretário da Receita Federal explicou que a ação de “lobbies extremamente poderosos” impede a solução definitiva do problema. “Como é que se pode esperar compreensão da sociedade?”, questionou Jefferson.

## Geraldo Melo acusa o governador do RN de praticar irregularidades

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) denunciou na sexta-feira, em plenário, o que chamou de graves irregularidades ocorridas na administração do governador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, de quem foi aliado político até ele tomar posse no Executivo, em 1994. Melo citou a compra de merenda escolar para a rede pública do estado, paga antecipadamente e nunca entregue, e a utilização de cerca de US\$ 500 milhões obtidos com a privatização da Companhia de Serviços Energéticos do Rio Grande do Norte, que, segundo disse, “seis meses depois, passadas as eleições, não existiam mais”:

– Eu tenho essa obrigação com as crianças que ficaram sem escola e sem merenda, com todos os agricultores do estado que assistem a um governo gastar em propaganda duas vezes o que gastou em um ano com agricultura, com todos os doentes que estão se batendo pelos corredores em hospitais imundos, com a população que acreditou nele. A mesma coragem que eu tive um dia de propor ao povo do Rio Grande do Norte que confiasse nele devo ter para declarar publicamente que eu estava enganado – afirmou Geraldo Melo.

Quanto à merenda escolar, Melo comunicou ao plenário que encaminhou pedido de informa-



Melo citou compra irregular de merenda escolar e a venda da companhia energética do estado

ção ao Ministério da Educação para saber quais as providências que serão tomadas contra os acusados. Ele esclareceu que o Ministério Público condenou, entre outros, Maria do Rosário Cunha, Sidnei Marinho e Francisco Menezes, que estão com seus direitos políticos suspensos por cinco anos. O Ministério Público agiu com base nas investigações realizadas por uma CPI da Assembléia Legislativa do estado.

De acordo com o senador, os fatos que deram origem à CPI tiveram início quando a secretária de Educação do Rio Grande do Norte comprou merenda escolar de uma empresa da qual era sócia, e de onde saiu para a se-

cretaria. “Pagaram adiantado e a empresa não entregou a merenda”, afirmou o senador. Ele destacou que foi realizada uma sindicância, a pedido do governador, depois de uma denúncia publicada na imprensa, mas frisou que a investigação “não deu em nada”.

No que se refere à venda da Companhia de Serviços Energéticos do Rio Grande do Norte, Melo assegurou que o grupo espanhol que a adquiriu pagou tudo de uma só vez, com um cheque de “R\$ 600 milhões, ou cerca de US\$ 500 milhões, pois na ocasião o dólar era cotado a R\$ 1,20”. Esses recursos, segundo o senador, “sumiram” durante a campanha de 98, quando Garibaldi Alves Filho foi candidato à reeleição.

## “ESSE EU NÃO CONHEÇO”

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) expressou sua tristeza em relação às irregularidades que estariam acontecendo na administração do ex-senador e companheiro de legenda:

– Sempre o tive (*a Garibaldi*) na conta de um homem digno e estou de acordo quando o comparo a São Francisco de Assis. O homem que eu conheci foi aquele a quem V. Ex<sup>a</sup>. se referiu no começo do seu discurso. Esse de agora eu não conheço – lamentou Simon.

## Mauro condena violência da polícia em Goiânia

O PMDB considera “extremamente graves os fatos registrados em Goiás”, disse o senador Mauro Miranda ao falar em nome do partido sobre a manifestação dos perueiros ocorrida na Universidade Federal do estado, na última quarta-feira, quando o motorista José Marcos Ferreira da Silva foi morto com um tiro de escopeta disparado por um militar. Mauro salientou que o PMDB condena a

violência policial e denuncia a agressão aos direitos fundamentais da pessoa humana, exigindo que os “fatos lamentáveis sejam apurados”.

Para o senador, o incidente demonstra que os dirigentes da Polícia Militar “não têm mais o controle de seus su-



Mauro acusa governador e prefeito de desrespeitarem os direitos humanos

bordinados” e isso explica o recrudescimento da “onda de violência que atinge não apenas a capital, mas também os municípios do interior”.

Mauro censurou o governador, Marconi Perillo, e o prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, pelo acontecimento. “O primeiro teste do chamado ‘tempo novo’ no tratamento com as reivindicações populares não poderia ser pior”, afirmou.

O senador disse que o prefeito vem se omitindo em relação às reivindicações sociais, favorecendo o ambiente de confronto. “Há meses se arrasta o debate sobre a regulamentação do transporte alternativo sem que as autoridades municipais apresentem uma solução.”

## Prefeituras precisam de ajuda

Ao falar sobre as dificuldades que atingem a maioria dos municípios brasileiros, Mauro Miranda defendeu que a reforma tributária e fiscal beneficie as prefeituras com a ampliação da receita. Se não ocorrerem mudanças no momento da implantação dos regimes próprios de previdência municipais, disse, a tendência é a ingovernabilidade:

– Não há como trabalhar educação, saúde, agricultura ou segurança pública sem recursos. O regime próprio de previdência a ser instalado pelos municípios só poderá funcionar com apoio do estado e do governo federal. Medidas jurídicas que tragam mudanças estruturais na legislação são inadiáveis.

Ele lembrou que a Constituição de 1988 ampliou a competência do Executivo e Legislativo municipais, mas não proporcionou a devida autonomia financeira. Mauro afirmou que, por esse motivo, os municípios brasileiros “enfrentam uma crise sem precedentes” e estão sem condições de satisfazer os anseios da população.

Exemplificando sua afirmação, o senador testemunhou que em Goiás a maioria das prefeituras vive em estado de penúria completa e informou que a retenção de parcelas dos fundos de participação e de impostos, por inadimplência das prefeituras ou outros motivos, agrava a cada dia a situação.

## Marluce Pinto defende crédito e educação para microempresários

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu na sexta-feira a implementação de políticas públicas desburocratizadas que viabilizem créditos para as micro e pequenas empresas, bem como investimentos na educação desses empresários. Segundo a senadora, pesquisa elaborada pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), em Minas Gerais, concluiu que quanto melhor o grau de instrução dos proprietários maiores são as chances de sobrevivência das empresas.

– Em Minas Gerais, das empresas criadas nos anos de 97 e 98, 37% fecharam as portas com menos de um ano de funcionamento e 47% fecharam com menos de dois anos. Das sobreviventes, 62% pertencem a pessoas com curso superior, ou cursando, e apenas 4,4% aos que possuem o curso primário. Segundo essa mesma pesquisa, 52,4% das empresas, cujos donos tinham 2º grau incompleto, também fecharam suas portas antes de dois anos de existência – informou Marluce Pinto.

A senadora acrescentou que de 1985 a 1996 foram criados 6 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil e salientou que, se todas tivessem sobrevivido, não haveria desemprego hoje. Para Marluce, as empresas fracassam não apenas pela baixa escolaridade do proprietário, mas também pela falta de capital de giro, pelas altas taxas de juros, pela falta de apoio profissional, pela desorientação e pelo desestímulo à exportação provocados por uma “burocracia perversa”.

Marluce lembrou que em países mais desenvolvidos as micro e pequenas empresas são responsáveis pela maior parte das exportações, como



Marluce afirma que apenas 167 empresas, de grande porte, são responsáveis por 60% das exportações

os Estados Unidos, com 55% das exportações; Japão, com 70%; Dinamarca, com 46%; e a China, com 60%. No Brasil, continuou a senadora, mesmo com 80% das pequenas e microempresas fazendo negócios no Mercosul, o volume de suas exportações não supera 5%. Marluce também informou que, de acordo com estudo do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, apenas 167 empresas, todas de grande porte, são responsáveis por mais de 60% das exportações brasileiras.

Para a senadora, não é suficiente a Constituição assegurar um tratamento diferenciado às pequenas e microempresas. “Precisamos de leis complementares para assegurar esses direitos, que, na realidade, inexistem ou não são cumpridos. Vamos canalizar esforços no sentido de fazer com que as casas de crédito oficiais lhes concedam capital de giro a taxas de juros suportáveis; que os fornecedores lhes dêem os mesmos prazos que dão às grandes empresas e que a burocracia pare de lhes infernizar a vida”, sugeriu Marluce.

## José Jorge pede renovação de acordo sobre IPI de carros

Segundo o senador, manutenção de pacto do setor automotivo com o governo significa a garantia de emprego a milhares de operários

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu a renovação, por mais quatro meses, do acordo emergencial firmado entre o governo federal, governos estaduais, montadoras, autopeças, distribuidores de veículos e sindicatos de trabalhadores. Ele frisou que a manutenção do acordo significa a garantia de emprego a milhares de operários, além de abrir caminho para a implementação do programa de renovação da frota nacional de veículos.

O acordo, assinado no dia 4 de março, com término previsto para o dia 16 de junho, reduziu de 10% para 5% o IPI sobre os carros populares, e de 25% para 17% sobre veículos de médio porte, disse José Jorge.

– Segundo dados da própria Anfavea, as vendas saltaram de 36.310 veículos em fevereiro para 112.094 em março, registrando um crescimento de 236,25% – lembrou José Jorge, ao apoiar propostas da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São



José Jorge registrou previsões sombrias de demissões nas montadoras do ABC paulista

Paulo, Mogi das Cruzes e região para que o acordo seja mantido.

Os metalúrgicos, conforme o senador, defendem um aumento nos preços dos veículos de até 5%. Em troca, as montadoras dariam garantia de emprego até dezembro. O senador

estima que, com o fim do acordo, os preços dos carros podem ser reajustados em torno de 25%, o que inviabilizaria o mercado.

### GARANTIA

Ressaltou o senador que a Força Sindical tem sido de fundamental importância na elaboração de propostas visando à garantia de emprego a mais de 500 mil trabalhadores, dentro da cadeia produtiva do setor automotivo. Mas fez uma previsão nada animadora: até o final do ano, a Volkswagen pode demitir em torno de seis mil trabalhadores, a Ford, 2.800 e a GM, 600, somente nas fábricas do ABC.

– Nas indústrias de autopeças fala-se em torno de 30 mil demissões, sendo que, se analisarmos todos os setores que giram em torno da indústria automobilística, esses números poderão chegar a 210 mil demissões, conforme dados do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – disse ele.

## Alcântara exalta trabalho social da Fundação BB

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o trabalho que a Fundação Banco do Brasil vem desenvolvendo como uma das maiores agências de fomento no país, afirmando que as iniciativas da instituição trouxeram avanços importantes para as comunidades carentes em todo o território nacional.

Ele afirmou que “o enfrentamento da exclusão social foi sempre uma batalha árdua e de resultados modestos no Brasil”, e que só nos últimos anos uma perspectiva mais otimista começou a se desenhar na superação desse problema. O governo, as empresas privadas e o conjunto da cidadania, disse o senador, estabeleceram novas bases de relacionamento para o enfrentar a questão, “a partir do reco-

hecimento de que a conquista de condições dignas de vida para todos dependerá do esforço conjunto de todas as forças sociais”.

### EXEMPLO

Para o senador, um dos melhores exemplos do esforço empresarial na área social é dado pela Fundação Banco do Brasil, que “cumpre de maneira brilhante uma responsabilidade que é do governo, mas é também de cada conglomerado empresarial e de cada cidadão brasileiro”.

Lúcio Alcântara fez um histórico da Fundação Banco do Brasil, citando os principais projetos que apoiou nos seus 11 anos de existência nas áreas social, de educação, cultura, desporto, recreação, saúde, alimen-



Lúcio Alcântara afirma que Fundação Banco do Brasil cumpre sua função social

tação, infra-estrutura e saneamento básico nas pequenas comunidades.

O senador destacou que os programas, além de idealizados em sintonia com as carências da população, são também planejados e desenvolvidos dentro dos melhores critérios éticos e técnicos.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 – Senado em Pauta  
7h – Saúde Todo Dia – Atividade: Yoga  
7h30 – Especial Unip – Rim e pressão arterial  
7h55 – Senado em Pauta  
8h – Saúde Todo Dia – Ginástica restauradora  
8h30 – Jornal do Senado  
8h55 – Senado em Pauta  
9h – Especial – Descobrimos o Brasil  
9h30 – Entrevista – O senador Alberto Silva fala sobre novos projetos de desenvolvimento para o combate à seca no Nordeste  
9h55 – Senado em Pauta  
10h – Comissão de Assuntos Econômicos – Audiência pública com o presidente do BNDES, Pio Guerra (vivo)  
12h30 – Entrevista – O senador Alberto Silva fala sobre novos projetos de desenvolvimento para o combate à seca no Nordeste  
13h – Cares do Brasil – As praias de Sergipe  
13h30 – Cidadania – O indigenista Sidney Possuelo e o coordenador do Departamento de Defesa dos Direitos Indígenas, Marcos Terena, falam sobre o direito indígena  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)

Logo após – CPI do Poder Judiciário

21h – Jornal do Senado  
21h15 – Cidadania – O indigenista Sidney Possuelo e o coordenador do Departamento de Defesa dos Direitos Indígenas, Marcos Terena, falam sobre o direito indígena  
21h55 – Senado em Pauta  
22h – Sessão Plenária (vivo)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – Agenda Senado  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – “A voz do Brasil”  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”  
Em seguida – Música e informação  
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida – Música e informação

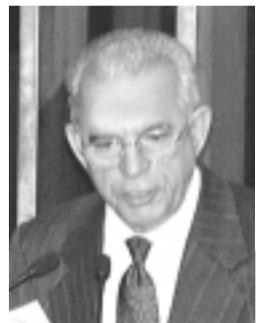
## Iris apóia luta de ex-capital para se tornar patrimônio

A cidade de Goiás, antiga capital do estado do mesmo nome, poderá transformar-se em patrimônio histórico da humanidade. Requerimento solicitando que o Senado se incorpore à luta para a cidade conquistar o título foi apresentado em plenário pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), com o argumento de que aquela cidade é uma das principais referências culturais do país.

Fundada em 1727 por Bartolomeu Bueno da Silva (filho), o município de Goiás ainda mantém em sua arquitetura

resquícios da época colonial. Segundo Iris Rezende, a cidade já foi tombada como patrimônio histórico nacional em 1950 e agora pleiteia junto à Unesco a condição de patrimônio da humanidade.

– Ao se solidarizar com a cidade de Goiás neste seu pleito, o Senado da República estará fazendo uma verdadeira homenagem ao povo goiano, que soube preservar o passado projetando o presente e o futuro com as marcas do pioneirismo, do trabalho e do amor à cul-



Iris quer o Senado na luta em favor da antiga capital de Goiás

tura – comentou Iris Rezende.

O senador goiano informou que já estão engajados na luta para transformar Goiás em patrimônio histórico da humanidade

o Ministério da Cultura, instituições públicas, organizações não-governamentais, movimentos culturais e a sociedade civil do estado.

# Cabral: governo se omite em relação à Amazônia

Defendendo o apoio ao projeto Calha Norte, que sequer foi contemplado pelo Orçamento de 98, parlamentar critica o abandono de uma região estratégica onde é ostensiva a ação de traficantes e os riscos de invasão não podem ser descartados

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu sexta-feira o projeto Calha Norte e criticou a falta de atenção do governo federal para com a Amazônia. Ele lembrou que autoridades de nações estrangeiras já afirmaram que "a Amazônia é um patrimônio do mundo e que chegariam a invadir a área com tropas militares", enquanto, a seu ver, o governo "despreza aquela região".

Depois de lamentar que o Calha Norte, projeto militar de integração da região, não tenha recebido recursos no Orçamento da União do ano passado, Bernardo Cabral observou que "é preciso estar na fronteira para podermos calcular

que é o Calha Norte".

O senador comentou a presença do narcotráfico naquela área e afirmou que, não fosse a Zona Franca de Manaus, a região estaria entregue "à sanha dos narcotraficantes". Ele destacou as enormes riquezas da região e a biodiversidade, observando que "o governo brasileiro é como um cão adormecido, com um osso a sua frente. Está esperando que alguém mexa no osso para começar a rosnar". Cabral pediu aos senadores que se unam em defesa da Amazônia, frisando que "a nação não pode se debruçar apenas na ajuda aos bancos".

O senador leu na tribuna um documento enviado a ele pela Superintendência do Sebrae da Amazônia,

comentando reportagem publicada na *Gazeta Mercantil* sobre a ferrovia Norte-Sul, que se estenderá pelos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás, ao longo de 1.900 km, e lamentou a ausência da Amazônia no investimento.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que o governo demonstra insensibilidade e falta de visão estratégica em relação à Amazônia, quando o mundo todo tem os olhos voltados para a região.

Cabral também foi aparteado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que disse considerar fundamental a questão da Amazônia. Simon contou ter visitado o projeto Calha Norte,



Para Cabral, no que se refere à Amazônia, governo se comporta "como um cão adormecido"

que, segundo ele, "não é apenas militar, e sim um projeto de integração".

## Amorim pede prioridade para quem produz

O país precisa dar prioridade a quem produz, afirmou o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) ao defender mais recursos para a agricultura. O senador destacou o papel desempenhado pelos governos estaduais, em especial no seu estado, na criação das condições adequadas para que a produção seja valorizada, "principalmente no que diz respeito aos investimentos em estradas vicinais, armazenagens e implementação de sistemas intermodais de escoamento da produção".

Para Amorim, a situação dos pequenos e médios agricultores do país é dramática por falta de recursos. "Aliás, a falência do campo no Brasil se deu, em parte, pelas regras inapropriadas do sistema de financiamento aos produtores", explicou. O senador acrescentou que a área econômica do governo tomou medidas sem levar em consideração os efeitos que elas poderiam causar a "um dos principais sustentáculos da economia brasileira", ressaltando, no entanto, o empenho do ministro da Agricultura, Francisco Turra, em defender o setor.

Amorim disse que o agricultor, apesar da falta de apoio, vem rompendo barreiras e citou como exemplo "a surpreendente" produção de grãos de Mato Grosso, que deve fechar a safra 98/99 com um acréscimo de 7,5%.



Para Amorim, "a falência do campo" decorre em grande parte do financiamento inadequado

## Luiz Otávio queixa-se de descortesia de ministro

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) reclamou da insensibilidade dos tecnocratas com relação aos problemas e ao povo da Amazônia e do Pará. Ele contou que foi impedido de participar, em Belém, da mesa de um seminário sobre diretrizes para investimentos na Amazônia nos próximos sete anos, encontro patrocinado pelo ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, em Belém

– Senti a desconsideração e falta de respeito com o Senado e o Congresso. Tecnocratas não conhecem a nossa realidade e por isso encontram dificuldades em resolver os problemas do nosso estado – protestou.

Depois de ter chegado a Belém, Luiz Otávio disse que foi comunicado pelo cerimonial do estado e do ministério de que não faria uso da palavra porque o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) estaria chegando ao estado e representaria o Senado.

– Como levam assessores para discutir os assuntos se não vão ouvir os políticos que, queiram ou não, são eleitos pelo povo? Isso demonstra a incompetência dos tecnocratas, que não querem ouvir a voz do povo – criticou Luiz Otávio, que deixou o seminário, em sinal de protesto.

O senador disse que não aceitou o pedido de desculpas do ministro. Para ele, Parente pode se desculpar atendendo às reivindicações do povo paraense. Para Luiz Otávio, no lugar de definir no Plano Plurianual que o extrativismo, a biotecnologia e o ecoturismo são as vocações da Ama-



Luiz Otávio disse que os "tecnocratas não querem ouvir a voz do povo"

zônia, deveriam ser incluídas entre as prioridades a verticalização mineral, a agroindústria e o turismo.

Segundo ele, o ministro deveria liberar recursos para o estado, que ainda não recebeu "um vintém" neste ano. Ele disse que Parente foi "carade-pau" ao dizer que tem US\$ 17 bilhões para investimentos no Pará nos próximos anos. "Se não tem dinheiro nem para garantir a trafegabilidade da Transamazônica ou para combater a aftosa...", ironizou.

Jader e Ademir Andrade (PSB-PA) solidarizaram-se com o colega de bancada. Para Jader, Luiz Otávio não merecia a descortesia e muito menos a justificativa de que não teria lugar à mesa em função da presença de Jader: "Não fui convidado, nem pelo ministro, nem pelo governador. A justificativa é grosseira". Ademir informou que também não foi convidado, o que considerou "lamentável".

## Ademir cobra apuração de assassinato de líder rural

Ao ocupar a tribuna para denunciar o assassinato de outro líder rural do Pará e solidarizar-se com a família e movimentos que lutam pela reforma agrária no estado, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) responsabilizou "a omissão do governo federal pelo aumento da violência no campo". Ele cobrou "uma ação efetiva do governo do estado para achar e condenar os responsáveis por mais este assassinato".

O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parauapebas, Euclides Francisco de Paula, foi assassinado na última quinta-feira, à luz do dia e em pleno centro da cidade, por um pistoleiro mascarado que fugiu de motocicleta. A violência contra sindicalistas está aumentando no sul e no sudeste do Pará, destacou Ademir, lembrando que uma semana atrás foi morto outro líder sindical.

Na avaliação do senador, o aumento da violência no campo e dos confrontos entre fazendeiros e trabalhadores rurais é diretamente proporcional "à omissão e à incapacidade do governo Fernando Henrique de fazer a reforma agrária". No Pará, em particular, a sensação de impunidade dos mandantes e executores de tais crimes, pela incapacidade do governo estadual de identificar esses autores e levá-los a julgamento, agrava esse quadro, acrescentou.

Ademir Andrade lamentou que,



Ademir Andrade atribuiu ao governo FHC o aumento da violência no campo

após intensa mobilização para reivindicar recursos compatíveis com a gravidade do problema e as necessidades da reforma agrária no estado, que alcançam cifra da ordem de R\$ 150 milhões, os trabalhadores rurais vejam "o governo acenar com a possibilidade de liberar R\$ 10 milhões".

Na presidência dos trabalhos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou a solidariedade da Mesa do Senado à cobrança de ações para a localização dos responsáveis pelo assassinato do líder rural paraense. "Infelizmente, a sensação de impunidade estimula essas ações e é preciso que o governo, o Congresso e a sociedade reajam com firmeza para conter esses atos", destacou.